

Ignorância emocional

Adriana Oliveira Alves¹

RESUMO

Neste trabalho, discutirei em Epistemologia Social e Intencionalidade Coletiva a ignorância emocional enquanto uma crença falsa intencionalmente produzida como uma ferramenta do patriarcado para controlar as mulheres e destacarei a emoção da culpa nesse papel. Como contraponto, irei propor que a emoção da raiva pode ser utilizada como uma ferramenta de emancipação feminina, motivando a luta e resistência contra as opressões, bem como combatendo a ignorância emocional. Pretendo argumentar que a ignorância acerca das emoções no patriarcado é intencionalmente propagada a fim de que as mulheres se reprimam e sejam vistas negativamente como seres emocionais, perpetuando assim o poder do grupo dominante.

PALAVRAS-CHAVE

Emoções; Patriarcado; Epistemologia social; Intencionalidade coletiva; Ignorância.

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: [3547865584332704](#). E-mail: oliveiraadr0299@gmail.com. ORCID: [0009-0000-5754-7291](#).

Emotional ignorance

ABSTRACT

In this work, I will discuss in Social Epistemology and Collective Intentionality the emotional ignorance as a false belief intentionally produced as a tool of patriarchy to control women, and I will highlight the emotion of guilt in this role. As a counterpoint, I will propose that the emotion of anger can be used as a tool for women emancipation, motivating the fight and resistance against oppression, as well as combating emotional ignorance. I intend to argue that ignorance about emotions in patriarchy is intentionally propagated so that women repress themselves and be seen negatively as emotional beings, thus perpetuating the power of the dominant group.

KEYWORDS

Emotions; Patriarchy; Social epistemology; Collective intentionality; Ignorance.

Recebido: 26/09/2024

Aceito: 06/11/2025

Publicado: 03/04/2026

DOI: <https://doi.org/10.59780/xoir3900>

Introdução

Neste artigo, parto das discussões em Epistemologia Social e Intencionalidade Coletiva para analisar o que chamarei de *Ignorância emocional*. Na seção 2, começarei apresentando a definição tradicional de Charles Mills (2018) sobre Ignorância Privilegiada enquanto uma crença falsa intencionalmente produzida e perpetuada por e para favorecer um grupo dominante (como o de pessoas brancas) em detrimento de um grupo marginalizado (como o de pessoas negras). Aplicarei o termo no contexto das emoções, propondo que em nossa sociedade há uma crença falsa intencionalmente produzida acerca das emoções a fim de que os grupos dominantes as utilizem como ferramenta de controle. Focarei especificamente em como o patriarcado induz a emoção² da culpa nas mulheres para manter a dominância masculina.

Para articular a discussão entre *ignorância* em epistemologia social e *emoções* em intencionalidade coletiva, na seção 3 utilizarei a definição de emoção oferecida por Bennett Helm (2008). Para o autor, a atribuição de importância é a emoção que caracteriza o nosso tipo de agência. Pois, quando atribuímos um tipo de importância a algo (enquanto um objeto, enquanto um agente etc.), nos tornamos responsivos a esse algo, exibindo um padrão de emoções e comportamentos. Porém, pode haver casos em que o tipo de importância atribuída não condiz com o tipo de objeto em si. Por exemplo, é possível que alguém atribua um tipo de importância a um recipiente para ingerir líquidos enquanto um mero objeto decorativo, desconsiderando sua função; é possível que alguém atribua um tipo de importância a um agente epistêmico enquanto um mero objeto funcional, desconsiderando a condição de agente epistêmico. De tal forma, meu argumento será que o patriarcado atribui um tipo de importância instrumental às mulheres que desconsidera sua condição de agentes epistêmicas, se utilizando da indução da culpa a fim de gerar nas mulheres um padrão de emoções e comportamentos submissos. Argumentarei que a sociedade faz uma dicotomia estratégica entre razão e emoção,

² A concepção de *emoção* tratada aqui *não* é psicológica, mas sim *intencional*. A intencionalidade é tradicionalmente definida na filosofia analítica como uma atitude mental que possui um conteúdo representado. Desse modo, acreditar, desejar, temer, perceber, bem como ter emoções direcionadas a algo, são atitudes mentais intencionais, pois possuem um conteúdo mental representado. *Desejar* é desejar algo (por exemplo, desejar que chova em Cuiabá), *temer* é temer algo (por exemplo, temer que acabe o café) *imaginar* é imaginar algo (por exemplo imaginar um gato cinza), *amar* é amar algo (por exemplo, amar um hobby) (Jankovic; Ludwig, 2017; Leclerc, 2015; Crane, 1998). O objeto intencional da emoção é o objeto para o qual ela é direcionada (o hobby que eu amo, o animal que eu temo, a chuva que eu desejo que ocorra). A intencionalidade abrange atitudes proposicionais direcionadas a ações. No caso da intencionalidade *coletiva*, é discutida “a intencionalidade dos coletivos e os fenômenos intencionais envolvendo grupos de agentes em contextos em que estão atuando ou orientados para a ação como um grupo” (Jankovic; Ludwig, 2017, p. 2, trad. minha) Um exemplo de intencionalidade em coletivos é uma colônia de abelhas enquanto um sistema intencional agindo direcionado a um objetivo; um time de futebol jogando uma partida; ou um grupo de amigos em um piquenique.

atribuindo a razão ao dominante, ao ativo, poderoso e masculino, e atribuindo a emoção ao passivo, ao subordinado, irracional e feminino.

Para sustentar a ideia de que o patriarcado intencionalmente dissemina crenças falsas sobre as emoções e se utiliza da emoção da culpa como ferramenta de dominação, na seção 4 farei um diálogo com a discussão de Michelle Cieurria (2019). A autora discute a culpabilização das mulheres enquanto uma assimetria na atribuição de culpa entre homens e mulheres, fazendo com que as mulheres sejam desproporcionalmente culpabilizadas até mesmo pelas ações masculinas. Partindo da colocação de Cieurria, mantereí o foco na emoção da culpa que é gerada, argumentando que ao induzir as mulheres a sentirem culpa, a sociedade espera que elas respondam com um padrão de comportamento submisso e silenciado. Proporei que a relação entre a crença falsa sobre as emoções e a culpabilização das mulheres enquanto ferramenta de controle está na dicotomia que a sociedade faz entre razão e emoção, na qual a razão é atribuída ao ativo, dominante, positivo e masculino, enquanto a emoção é atribuída ao passivo, dominado, negativo e feminino. Destacarei que, ao gerar crenças falsas sobre as emoções como se fossem algo negativo e feminino, a sociedade deslegitima a condição de agentes e o sofrimento genuíno das mulheres em situações de injustiça ao invalidar seus posicionamentos, como se fossem apenas seres emocionais expressando exageros ou irracionalidades.

Para propor uma solução ao problema discutido das emoções enquanto ferramenta de controle, na seção 6, apresentarei a discussão de Alison Bailey (2018), em que a autora destaca a emoção da raiva enquanto uma ferramenta de resistência, e descreve a raiva como *a emoção da injustiça*. Pois, para a autora, quando presenciamos ou sofremos uma injustiça, sentimos raiva e somos motivados(as) a agir para combater tais injustiças. Irei partir da ideia de Bailey para propor que, em contraponto com a emoção da culpa, a emoção da raiva pode ser utilizada pelas mulheres enquanto uma ferramenta de emancipação ao motivar a busca e disseminação de informações, o combate à culpabilização feminina e a legitimação das emoções. Irei propor também que dois dos elementos discutidos por Cieurria (2019) podem ser incluídos nas ações motivadas e motivadoras da emoção da raiva visando a emancipação feminina: a literatura e o humor.

Embora meu foco neste trabalho seja nas questões de gênero, eu opto por usar o termo *ignorância emocional* ao invés de ignorância masculina, pois acredito que a ignorância emocional é um problema que também pode perpassar, em diferentes graus, outros tipos de opressão, como a opressão racial, econômica, de adultos sobre crianças etc. Meu propósito é expandir a discussão sobre a epistemologia da ignorância dialogando com o conceito de emoção

em intencionalidade coletiva. Frequentemente a literatura em epistemologia social ainda dá pouca atenção às emoções, e acredito que elas são fundamentais para compreendermos melhor os problemas sociais e as desigualdades que estão enraizadas na sociedade, bem como para pensarmos em soluções para essas questões.

O que é ignorância?

O debate acerca da ignorância na epistemologia vem ganhando força nos últimos anos. Tradicionalmente, a epistemologia discute e procura compreender como produzimos conhecimento, sendo este considerado enquanto crença verdadeira e justificada.³ No entanto, também tem se mostrado relevante compreender como produzimos ignorância,⁴ e quais implicações isso possui em nossa vida enquanto agentes epistêmicos. A nossa sociedade é grandemente moldada pelas trocas epistêmicas, e assim como a disseminação de conhecimento impacta as nossas experiências sociais, a disseminação de ignorância também possui um impacto significativo em nossas vidas.

Um contraste elucidativo que podemos pensar é na disseminação de conhecimento vs. ignorância acerca de vacinas. De um lado, há pessoas que, com base em estudos e evidências, acreditam e espalham informações sobre a eficácia e relevância das vacinas (conhecimento) e, de outro lado, há pessoas que adotam uma posição contrária, acreditando e espalhando ideias sem embasamento científico de que as vacinas são prejudiciais e nocivas (ignorância). Percebemos que, nesse caso, a produção de ignorância tem um efeito negativo significativo na saúde da população, pois, se as pessoas deixam de se vacinar, há doenças letais que se perpetuam, e até mesmo doenças erradicadas que podem voltar a ser registradas. Desse modo, além de compreendermos como a sociedade produz e dissemina conhecimento, também é importante compreendermos como a sociedade produz e dissemina ignorância. Para melhorarmos a nossa prática epistêmica, também é necessário compreender quais fatores prejudicam a produção e disseminação do conhecimento. Compreendendo como e em que contextos ocorrem tais falhas, podemos desenvolver mecanismos para corrigi-las.

É importante ressaltar, de acordo com Miranda Fricker (2016), que nem todo conhecimento é realmente bom de se obter. Por exemplo, saber técnicas criminais, ou a

³ Para uma leitura mais aprofundada sobre a definição tradicional de conhecimento em epistemologia, veja Goldman (1979), Luz (2013) e Sartori (2022).

⁴ Para mais discussões sobre epistemologia da ignorância, veja Gross e McGoey (2023) e Sullivan e Tuana (2007).

intimidade de outras pessoas que não nos diz respeito. Nesses casos, preservar a ignorância parece ser o mais adequado. Além disso, há coisas que, se não soubermos, simplesmente não fará diferença. Como saber quantos grãos de areia existem em uma praia, ou quantos fios de cabelo nós temos. No entanto, há conhecimentos que são relevantes na nossa prática epistêmica, e é a esse ponto que devemos nos atentar. Por exemplo, devemos ter conhecimento sobre as opressões para poder combatê-las, sobre problemas de saúde para preveni-los, etc. Para Fricker, uma boa conduta epistêmica seria a manutenção do equilíbrio entre conhecimento e ignorância (2016, p. 160). Isto é, a manutenção do equilíbrio entre aquilo que devemos conhecer porque é útil e aquilo que não precisamos conhecer porque não é útil ou é prejudicial.

Além da definição tradicional de ignorância enquanto ausência de conhecimento, Mills (2018) define a ignorância enquanto *crença falsa* e discute o que ele chama de *ignorância privilegiada*. Isto é, de forma estrutural há uma produção e disseminação intencional de crenças falsas sobre os grupos marginalizados e sobre a própria realidade, de forma que o grupo privilegiado é favorecido. Por exemplo, a crença falsa de que pessoas brancas e homens são cognitivamente superiores às pessoas negras e mulheres. Assim, o autor analisa a ignorância enquanto uma crença falsa intencionalmente produzida (2018, p. 417), em que as autoridades epistêmicas (que comumente em nossa sociedade são membros de grupos dominantes: homens brancos de classe econômica alta) intencionalmente produzem crenças falsas que os privilegiam, em detrimento da credibilidade dos grupos subordinados (mulheres, negros, pobres etc.).

Na discussão sobre ignorância privilegiada, Mills ressalta o que ele chama de *ignorância branca*, a qual é social e estruturalmente construída com o intuito de categorizar e organizar pessoas, assim como a construção social de gênero. Mills foca no problema da opressão racial, discutindo como a ignorância branca produz crenças falsas sobre os grupos raciais não-brancos como negros, indígenas, asiáticos etc., enquanto o grupo de pessoas brancas é favorecido. O autor foca, principalmente, na crença falsa intencionalmente produzida acerca de pessoas negras e nas consequências que isso acarreta. Dessa forma, temos que a sociedade, enquanto um coletivo, opera com a crença falsa de que brancos são cognitivamente superiores ou mais confiáveis que pessoas negras.

As dinâmicas sociais e as trocas epistêmicas são impactadas por essas crenças falsas, visto que frequentemente pessoas negras são excluídas dos espaços de produção de conhecimento, possuem seus testemunhos descredibilizados e são vistas como pouco confiáveis apenas por serem negras. Enquanto pessoas brancas geralmente levam mais credibilidade em seus testemunhos e são vistas como mais confiáveis apenas por serem brancas. Mills destaca,

porém, que esse tipo de ignorância privilegiada (intencionalmente produzir crenças falsas sobre um grupo oprimido) não é exclusivo da opressão racial. Partindo dessa noção de Mills sobre ignorância privilegiada, o meu intuito neste artigo é discutir como, em nossa sociedade, crenças falsas são intencionalmente produzidas sobre as emoções, e como essa ignorância emocional é utilizada no patriarcado enquanto uma ferramenta de controle das mulheres.

Emoções, racionalidade e agência

Em nossa sociedade, frequentemente as emoções são negligenciadas sob a acusação de serem irracionais e parciais. Entretanto, discussões recentes vêm mostrando o caráter racional das emoções, bem como o impacto fundamental que possuem em nossas práticas epistêmicas e sociais (Schmid, 2017; Helm, 2000, 2008; Salmela, 2014). As emoções podem motivar lutas sociais através da raiva contra a opressão, nos indicando que há algo na realidade que precisa ser mudado (Bailey, 2018), como a luta das mulheres para conquistar o direito ao voto, obtido somente em 1932 no Brasil. Ao tratar de temas sensíveis, como abusos e violência, as emoções são importantes por gerar a empatia com as vítimas, o cuidado da saúde mental das profissionais que lidam com a situação, bem como a indignação contra as ações dos agressores (Dauder; Trejo, 2021). Também defendi anteriormente que a nossa existência individual e coletiva é organizada em virtude da emoção principal de *se importar*, pois guiamos as nossas ações e fazemos escolhas relevantes para a nossa vida com base nas coisas com as quais nos importamos (Alves, 2023). Por exemplo, uma pessoa que se importa com os direitos das mulheres, irá organizar sua vida com base nessa atribuição de importância, escolhendo áreas de estudo e de trabalho que promovam os direitos das mulheres; irá guiar suas ações na vida pessoal de forma a dar visibilidade para mulheres, valorizar seus trabalhos, promover seus direitos etc. Alguém que além do direito das mulheres também valoriza a escrita de livros pode escrever livros sobre o direito das mulheres, promover escritoras mulheres etc.

O conceito de *importância* que adoto é apresentado por Helm (2008). Para o autor, *se importar* é a emoção que caracteriza a nossa forma de agência, e as emoções também são uma forma de conhecimento prático envolvendo o raciocínio crítico. É importante notar que nesta definição, a emoção não é algo separado da razão, mas emoção e razão são interdependentes. De tal modo, quando nos importamos com algo, o objeto de importância passa a ser o foco de nossas emoções e nos tornamos responsivos a esse foco; articulamos ações em relação ao que atribuímos importância, e raciocinamos sobre as melhores maneiras de articular essas ações.

Por exemplo, quando atribuímos importância a alguma coisa (seja um objeto, uma pessoa, um evento) e algo ameaça esse foco de importância, temos a informação de que há uma ameaça, e temos a disposição para agir porque nos importamos com o foco, refletindo sobre as melhores maneiras de afastá-lo da ameaça. Helm argumenta que nós exibimos um padrão racional projetável de emoções relevantes sempre que o foco de importância é afetado negativa ou positivamente. Sentimos emoções negativas como frustração, raiva ou medo quando o foco é ameaçado e prejudicado, ou emoções positivas como alívio e alegria quando o bem-estar do foco é promovido. Explico que:

se um indivíduo cultiva uma flor e se importa com ela, ou seja, ela é o foco de sua emoção, ele ficará vigilante quanto à integridade da flor e terá emoções como alegria e alívio quando a flor estiver saudável, ou emoções como tristeza, raiva ou frustração se algo ameaçar o bem-estar da flor, como pragas. [...] Além disso, o indivíduo terá desejos em relação à flor, como desejar que ela floresça mais, ou desejar colocá-la no jardim; bem como a disposição para agir: a ação de trocar a flor de vaso, de fazer a poda, de regá-la, de acabar com as pragas que ameaçam o seu bem-estar (Alves, 2023, p. 25-6).

Essa rede intencional de emoções configura um padrão *racional*, pois seria irracional sentir alívio e alegria quando o foco de importância é prejudicado, ou sentir medo e frustração quando o bem-estar do foco é promovido (se um agente se importa com a integridade da flor, seria irracional ele sentir alegria quando pragas a acometem, ou tristeza quando ela está nutrida). E o padrão é *projetável*, pois essas emoções não estão presentes a todo instante, mas elas se projetam de acordo com as circunstâncias. O agente não sente medo de as pragas destruírem a flor ou alegria por ela estar nutrida o tempo inteiro, mas sim quando a concretização desses fatos se mostra possível. Ainda, o agente refletirá criticamente sobre as melhores maneiras de evitar que pragas destruam a flor, analisando se é necessário usar inseticida para acabar com as pragas, se deve comprar remédio para a flor, se deve mudar a flor de lugar, se há algum fator externo que contribuiu para o aparecimento de pragas etc. Além do conceito de importância, outro conceito relevante trazido por Helm (2008) é o de *importância instrumental*, que consiste na importância atribuída aos meios necessários para se alcançar um fim, sendo esses meios o que ele caracteriza como *subfocos* de importância. Por exemplo, se eu me importo com a construção de uma casa, que é o meu foco principal de importância, eu me importo instrumentalmente com a aquisição dos materiais, com a pintura das paredes, e estes constituem meus subfocos de importância. Pois adquirir materiais de construção e pintar as paredes de uma casa só possuem alguma importância instrumental para mim por causa da importância não-instrumental que eu atribuo à construção da casa, que é o meu foco principal.

Para Helm, o tipo de importância que atribuímos a algo *enquanto* algo define o padrão de emoções que teremos. Por exemplo, eu posso me importar com a minha xícara enquanto um recipiente para ingerir líquidos, de modo que o relevante para mim será a sua limpeza, a integridade do seu interior. Eu lavo a xícara a cada uso para manter a sua higiene, e se o fundo da xícara quebrar, eu me sentirei frustrada. Entretanto, eu poderia me importar com a xícara apenas enquanto um objeto decorativo, de modo que a sua aparência seria o mais relevante. Assim, eu poderia, por exemplo, utilizá-la para colocar lápis, ou mesmo para acomodar alguma pequena planta. Mas eu me sentiria frustrada se a estampa da xícara fosse riscada ou desbotada, ou se a sua alça quebrassem, pois comprometeria a sua integridade enquanto um objeto decorativo.

Além de objetos materiais ou eventos, outros agentes também podem ser o nosso foco de importância e, segundo Helm, o bem-estar de um agente é parcialmente constituído pelas coisas com as quais ele se importa. Desse modo, nos importarmos com um agente *enquanto um agente* pressupõe 1) nos importarmos com o bem-estar do agente por si mesmo, 2) nos importamos com as coisas que constituem o bem-estar desse agente, 3) com as coisas com as quais o agente se importa, e 4) termos a disposição para agir a fim de preservar o bem-estar do agente com o qual nos importamos. Por exemplo, se eu me importo com uma amiga enquanto um agente, isso pressupõe que eu me alegre com as suas conquistas, como a sua boa nota na prova. Mesmo que a prova não tenha uma importância direta para mim, mas é algo importante para a minha amiga que é o meu foco de importância não-instrumental, e por isso sua boa nota na prova terá uma importância instrumental para mim. Do mesmo modo, eu também a ajudarei e incentivarei a cuidar da saúde e alcançar seus objetivos, porque são coisas que constituem o seu bem-estar, e eu me importo com o seu bem-estar.⁵ Há casos, porém, em que alguém pode atribuir uma importância meramente instrumental a outro agente, desconsiderando a sua condição de agente, isto é, desconsiderando o bem-estar do agente por si mesmo, mas visando algum benefício que ele pode oferecer mesmo que custe o seu bem-estar.

Um exemplo oferecido por Helm (2008), de um agente que tem a sua condição de agente desconsiderada, é o dono de um cão que se importa instrumentalmente com o cão apenas como uma peça de exposição para concursos caninos. De forma que, embora o sujeito tenha ciência

⁵ Helm destaca que, em situações excepcionais onde a pessoa com a qual eu me importo atribua importância a algo nocivo ao seu próprio bem-estar (como fumar), o racional é eu priorizar o bem-estar da pessoa, já que ela é o meu foco principal de importância (2008, p. 32). Se essas falhas no padrão forem apenas isoladas, em decorrência da preservação do bem-estar da pessoa com quem eu me importo, a racionalidade do padrão é mantida. Entretanto, se passa a ser frequente eu não me importar com as coisas que são importantes para a pessoa, o padrão racional é rompido, e é difícil dizer que eu realmente me importo com a pessoa enquanto um agente.

da agência de seu cão, o aspecto que define a importância atribuída ao cão é o de um objeto de exposição, onde o dono considera os benefícios que o cão lhe pode gerar a partir de seu porte físico, habilidades, aparência etc. Mas, não se importa com o bem-estar do cão por ele mesmo, podendo negligenciar o afeto ou mesmo a saúde do cão quando este não estiver mais apto a participar dos concursos caninos. Estendo tal análise ao patriarcado, argumentando que ele atribui um tipo de importância instrumental às mulheres, desconsiderando a sua condição de agentes, mas considerando apenas os benefícios que se espera que elas forneçam aos homens que são vistos como os agentes legítimos, como benefícios reprodutivos, sexuais e domésticos (Alves, 2023, p. 59-60). As mulheres são vistas instrumentalmente enquanto *subfocos* de importância visando promover o bem-estar do *foco* de importância principal do patriarcado que são os homens.

Até aqui vimos que quando nos importamos com algo temos a disposição para agir, e que o tipo de importância atribuída nos faz ter um padrão de emoções diante do foco de importância. Com isso, argumento que a sociedade atribui aos homens uma importância não-instrumental ao mesmo tempo em que atribui às mulheres um tipo de importância instrumental, isto é, enquanto um meio para alcançar um fim (a ascensão e poder masculino), suprimindo sua condição de agentes epistêmicas. Acredito que isso gera um ciclo vicioso no qual o padrão de emoções e ações gerado na sociedade terá como propósito suprimir a condição de agentes epistêmicas das mulheres para que elas sejam instrumentos de ascensão dos homens. Argumentarei na próxima seção que a indução da emoção de culpa tem sido o principal mecanismo que o patriarcado tem utilizado para controlar as mulheres, visando gerar nelas um padrão de comportamento de repressão e silenciamento.

Emoção da culpa enquanto ferramenta de controle

Para compreender como a emoção da culpa é utilizada enquanto ferramenta de controle, primeiro precisamos entender o que significa falar em culpa, em especial nos contextos em que essa culpa é atribuída às mulheres. Enquanto a culpa é entendida como a atribuição de responsabilidade, a culpabilização das mulheres é definida enquanto uma assimetria nessa atribuição de responsabilidade (isto é, as mulheres são mais culpabilizadas e induzidas a sentirem culpa do que os homens) ocorrendo em condições de injustiça epistêmica (Ciurria, 2019).

O termo *injustiça epistêmica* utilizado por Ciurria, é cunhado por Fricker (2023) para descrever quando um agente é prejudicado em sua condição de conhecedor. As injustiças epistêmicas podem ser de dois tipos: a *injustiça testemunhal* e a *injustiça hermenêutica*, sendo a injustiça hermenêutica quando há uma falha nos recursos conceituais disponíveis para se expressar (por exemplo, quando ainda não havia o termo para *assédio sexual*), possuindo uma dimensão mais estrutural. Enquanto a injustiça testemunhal se refere à credibilidade minada de grupos marginalizados como mulheres, negros, pobres, crianças etc. (por exemplo, quando uma mulher tem seu testemunho invalidado apenas por ser mulher).

Ciurria mantém o foco na discussão acerca de gênero, e ressalta que Fricker não aborda como os preconceitos de identidade são socialmente construídos (2019, p. 189). Para Ciurria, o gênero é entendido como uma construção social que orienta as ações dos agentes. Ela pontua que a nossa sociedade é moldada a partir de um olhar masculino (*male gaze*), onde esse olhar masculino invade e se perpetua sobre os agentes marginalizados. As mulheres, sob a ótica masculina, são educadas para serem objetos sexuais, sem credibilidade ou autonomia. Segundo Mónica Molina:

dentro do que é comumente entendido como feminino, cabe ressaltar que a experiência feminina do corpo corresponde à experiência universal do corpo-para-outro, sempre vendo a si mesmas, desde a perspectiva de um espectador, incessantemente exposta à objetividade do olhar e do discurso dos outros, com uma retroalimentação descritiva e normativa dos demais. Dessa maneira, se produz nelas uma insegurança permanente e a ideia de que existem por e para o olhar e avaliação externa, isto é, enquanto objetos acolhedores, atrativos e disponíveis (2015, p. 9, trad. minha).⁶

Observamos que a nossa sociedade é construída de tal forma que o olhar masculino molda o ambiente para que seja mais cômodo e favorável para os homens, sem considerar o bem-estar das mulheres. Os homens são considerados enquanto agentes epistêmicos legítimos, enquanto as mulheres são culpadas quando exercem sua agência epistêmica em um mundo masculino. Ainda, “[...] aquilo atribuído ao masculino costuma ser mais valorizado e

⁶ “Dentro de lo que es comúnmente entendido como femenino, cabe resaltar que la experiencia femenina del cuerpo corresponde a la experiencia universal del cuerpo-para-otro, siempre viéndose a sí mismas, desde la perspectiva de un espectador, incesantemente expuesta a la objetividad de la mirada y el discurso de los otros, con una retroalimentación descriptiva y normativa de los demás. De esta manera, se produce en ellas una permanente inseguridad y la idea de que existen por y para la mirada y evaluación externa, es decir, en cuanto que objetos acogedores, atractivos y disponibles”.

posicionado como o dominante; enquanto que o atribuído ao feminino, o menosprezado e dominado” (Molina, 2015, p. 7, trad. minha).⁷

Considerando o olhar masculino predominante na sociedade, Ciurria (2019) argumenta que há três formas principais pelas quais a culpabilização da mulher é perpetuada através do olhar masculino: a pornografia, a literatura e o humor. Para a autora, o que esses três campos possuem em comum é a construção de uma narrativa por e para homens que induz à normalização do poder e dominação masculina, enquanto as mulheres são sexualizadas, subordinadas e silenciadas, fomentando inclusive a cultura do estupro. Além disso, esses campos de produções muitas vezes levam os espectadores a sentirem mais empatia pelo ponto de vista masculino do que pelo ponto de vista feminino, buscando justificativas para as ações masculinas mesmo quando estas ferem o bem-estar das mulheres. Para Ciurria, a tendência é que mesmo quando alguém tenha empatia pelas mulheres, essa empatia seja reprovada pela sociedade. Com isso, temos uma assimetria na responsabilização moral dos agentes, pois não só as mulheres são rigorosamente responsabilizadas por suas próprias ações, mas também são responsabilizadas pelas ações dos homens.

Embora o foco de Ciurria seja no problema da responsabilização moral, neste artigo quero dar mais atenção propriamente à *emoção* da culpa à qual as mulheres são induzidas. Como a autora bem ressalta, a sociedade em que vivemos é moldada a partir do olhar masculino, e, dialogando com a proposta de Helm acerca das emoções, acredito que o olhar masculino atribui uma importância não-instrumental aos homens enquanto foco principal de importância, enquanto atribui uma importância instrumental às mulheres enquanto subfocos de importância. Meu argumento é que, a partir do olhar masculino, a sociedade induz a emoção da culpa nas mulheres para que elas reproduzam um padrão de comportamentos que melhor convêm aos grupos dominantes. Alguém que sente culpa tende a exibir um padrão de comportamento de redenção e autopunição, não buscando os seus direitos, não se impondo, não combatendo as injustiças sofridas, sentindo vergonha etc. De tal forma, a sociedade induz a ideia de que uma mulher exercer a sua condição de agente epistêmica é algo passível de punição e vergonha e que deve ser evitado. Ainda, há uma perpetuação da ideia de que as mulheres devem se redimir pela sua capacidade e exercício de agência epistêmica, servindo aos homens e priorizando-os em detrimento do próprio bem-estar. Um caso infelizmente recorrente em nossa sociedade, mas que também ilustra pontualmente como ocorre essa dinâmica de dominação através da culpa, é

⁷ “[...] aquello atribuido a lo masculino suele ser más valorado y posicionarse como lo dominante; mientras que a lo atribuido a lo femenino, lo menospreciado y dominado”.

a culpabilização das vítimas de violência sexual.⁸ As vítimas são induzidas ao sentimento de culpa pela violência sofrida (por exemplo, quando dizem que a vítima sofreu a violência por causa da roupa que usava), e a sociedade espera que a vítima não se posicione, frequentemente questionando a sua credibilidade. Não por acaso, vemos que ainda há muita resistência no que diz respeito à educação sexual, e esse tipo de ignorância apenas favorece os agressores, já que as vítimas podem ter mais dificuldade em identificar as ameaças e em denunciar quando uma violência desse tipo ocorrer. Uma educação sexual, além de fornecer informações cruciais, também é uma forma de amenizar a emoção da culpa nas vítimas ou potenciais vítimas, e de auxiliá-las a não terem medo e nem vergonha de denunciar situações assim.

Vemos a dominação através da culpa também em ambientes profissionais (por exemplo, quando uma mulher é culpabilizada por exigir credibilidade e valorização do seu trabalho), domésticos (por exemplo, quando a mulher é culpabilizada pela traição ou agressão do cônjuge), e mesmo em situações cotidianas (por exemplo, quando a mulher é culpabilizada por não seguir determinados padrões estéticos impostos pela sociedade). A sociedade patriarcal produz uma ignorância sobre as emoções com um propósito específico de manter a dominância e o controle sobre um grupo subordinado. Pois, quando as mulheres exercem a sua agência epistêmica, são acusadas de irracionalidade por serem “muito emocionais”, e, mais que isso, são induzidas à emoção de culpa por se expressarem, por apontarem as opressões sofridas no patriarcado, por exigirem serem tratadas como agentes epistêmicas e por exigirem a preservação de seu bem-estar por si mesmas. As mulheres são socializadas para atribuir importância aos homens enquanto agentes epistêmicos legítimos, enquanto os homens atribuem uma importância meramente instrumental às mulheres, desconsiderando a sua condição de agentes epistêmicas e considerando-as enquanto subfocos de importância, enquanto meros instrumentos e ferramentas para a ascensão masculina, que é o foco de importância principal do patriarcado.

Acredito que a relação entre a ignorância emocional e a culpabilização feminina é evidenciada na frequente associação que a sociedade faz das mulheres enquanto seres

⁸ Embora as mulheres não sejam as únicas a serem vítimas de violência sexual, elas são as mais afetadas. No Brasil, em 2019 dados apontaram que cerca de 82,5% a 85,9% das vítimas eram do sexo feminino (Alves *et al.*, 2023), sendo que essa estatística continua aumentando. Em 2023, tivemos um aumento de 14,9% no número de casos, resultando no maior número já registrado e totalizando, apenas no primeiro semestre, 34 mil estupros de mulheres e meninas (Boehm, 2023). Ainda, pelo menos 76,9% das vítimas crianças de 0 a 9 anos e 92,7% das vítimas adolescentes entre 10 e 19 anos são do sexo feminino. Além disso, agressores do sexo masculino são responsáveis por pelo menos 81% dos casos contra crianças entre 0 e 9 anos e 86% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos (Brasil, 2023). Já em 2024, no Brasil estima-se que no primeiro semestre houve cerca de 11692 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, e aproximadamente 320 crianças e adolescentes são exploradas sexualmente a cada 24 horas, onde cerca de 75% das vítimas são meninas, em sua maioria negras (Wilker, 2024).

essencialmente emocionais, e dos homens enquanto seres essencialmente racionais. Simultaneamente, as emoções são associadas a algo passivo, receptivo, negativo e subordinado à razão, que por sua vez é associada a algo ativo, detentor de poder, positivo e dominante. O principal problema dessa dicotomia entre razão e emoção é que ela faz uma associação das mulheres como passivas, irracionais e subordinadas aos homens, os quais são colocados como os detentores de poder, racionais e ativos. De tal modo, se produz e dissemina uma crença falsa sobre as emoções: de que elas são negativas, secundárias e características das mulheres, que naturalmente são dominadas. Se perpetua a ideia errônea de que a dominação masculina é algo inato, natural.

Outra consequência dessa dicotomia é comentada por Bailey (2018) em seu texto intitulado *On anger, silence and epistemic injustice*, no qual a autora discute mais especificamente a emoção da raiva. Bailey aponta que frequentemente a emoção da raiva é atribuída aos grupos marginalizados e considerada como sendo infundada, sendo utilizada para fomentar ainda mais a injustiça epistêmica. Por exemplo, quando uma mulher fala de forma assertiva, muitas vezes é acusada de estar falando de forma raivosa e exigido que sua assertividade seja diminuída e, logo, silenciada. Ao invés de ouvir o testemunho da mulher, o ouvinte está mais concentrado no tom de sua voz, ao mesmo tempo em que atribui ao tom de voz uma intenção e uma emoção que não condizem com o que a mulher de fato está dizendo. E, mesmo quando uma mulher tem boas razões para sentir e expressar sua raiva, ela é desacreditada (por exemplo, quando uma mulher expressa sua raiva por sofrer assédio, mas é acusada de ter uma reação exagerada ou tem seu testemunho colocado em dúvida).

Complemento a observação de Bailey com o meu argumento de que por trás das atribuições tendenciosas de raiva há uma tentativa do grupo dominante de induzir a emoção da culpa nos grupos marginalizados, neste caso, nas mulheres. Por exemplo, quando uma mulher fala de forma assertiva, além da acusação de estar sendo raivosa, ela é *culpada* por sua assertividade, por estar exercendo a sua condição de agente; quando uma mulher sente raiva diante de alguma injustiça ou desconforto, ela é *culpada* por sua autonomia, por sua percepção, por não aceitar ser subordinada. Acredito que tal indução da culpa é uma tentativa do grupo dominante de fazer com que o comportamento assertivo das mulheres seja diminuído e suprimido.

Emoção da raiva enquanto ferramenta de emancipação

Na seção anterior apresentei o argumento de que a emoção da culpa é utilizada pelo grupo dominante como ferramenta de controle das mulheres e destaquei a partir de Ciurria (2019) o problema da culpabilização feminina enquanto uma assimetria na atribuição de responsabilidade. Agora, irei propor que uma maneira de corrigir essa assimetria e promover a emancipação feminina é a emoção da raiva. Para construir essa proposta irei partir da discussão de Bailey (2018) na qual a autora discute como as emoções podem ser importantes enquanto uma ferramenta de resistência. Bailey destaca a emoção da raiva quando se presencia ou sofre uma injustiça epistêmica, sendo que tal emoção motiva os grupos marginalizados a agir para combater tais injustiças. Nesse contexto, a autora denomina especificamente a emoção da raiva enquanto uma emoção da injustiça. Embora a raiva não seja exclusiva de situações de injustiça (eu posso sentir raiva porque acidentalmente derrubei minha xícara e ela quebrou, por exemplo), as situações de injustiça tipicamente provocam a raiva quando vemos alguém sendo injustiçado. Nós sentimos raiva ao ver uma mulher sofrendo sexismo, uma pessoa negra sofrendo racismo, ou uma pessoa homossexual sofrendo homofobia etc. Assim, Bailey propõe que as emoções, em especial a emoção da raiva, podem ser importantes enquanto uma ferramenta de resistência, já que ao sentir raiva contra uma injustiça, os grupos marginalizados tendem a agir para combater as injustiças percebidas. Para a autora, a raiva pode nos impulsionar a agir contra as injustiças epistêmicas (Bailey, 2018, p. 7).

Concordo com Bailey que a emoção da raiva pode ser uma ferramenta de resistência e de impulso para agir contra injustiças epistêmicas e proponho que, em contraposição com a emoção da culpa que é utilizada para controlar as mulheres, a emoção da raiva pode ser utilizada como uma ferramenta de luta e emancipação feminina. Enquanto a emoção da culpa gera um padrão de comportamentos mais retraídos e silenciados, a emoção da raiva gera um padrão de comportamentos mais expansivos e expressivos. Além disso, considerando o que vimos com Helm (2008) sobre o tipo de importância que atribuímos a algo gerar um padrão racional de emoções e comportamentos, podemos inferir que a emoção da *raiva* contra as injustiças epistêmicas surge porque nos importamos com a integridade dos grupos marginalizados, considerando os agentes desses grupos enquanto os agentes epistêmicos, que são dignos de terem o bem-estar promovido por si mesmos, e não enquanto meros instrumentos. E, quando esses agentes são minados em sua capacidade de conhecedores, nós nos indignamos e sentimos raiva, passando a exibir um padrão de emoções e ações relevantes para combater tais injustiças.

A emoção da raiva pode ser utilizada enquanto uma ferramenta de emancipação ao nos impulsionar em atos políticos, em criação de campanhas de conscientização, nas lutas sociais,

nas próprias pesquisas acadêmicas, em busca e disseminação de informação, nas práticas cotidianas. Acredito ainda que dois dos elementos trazidos por Ciurria (2019), que perpetuam a culpabilização das mulheres, podem, através da raiva contra as injustiças, ser transformados em ferramentas de emancipação: a literatura e o humor. Pois, além da importância desses espaços serem ocupados por mulheres, também é importante produções que sejam motivadas e despertem a raiva contra a opressão, a reflexão crítica sobre a culpabilização das mulheres e sobre o valor legítimo das emoções. Alguns exemplos que podem ser destacados, além da própria obra de Ciurria, são a *Política sexual* de Kate Millett (1970), *O conto da aia* de Margaret Atwood (2017), *O mito da beleza* de Naomi Wolf (2018) e *Uma vida interrompida: memórias de um anjo assassinado* de Alice Sebold (2015). No Brasil, também temos comediantes mulheres como Bruna Louise, Carol Delgado e Criss Paiva, as quais frequentemente tratam sobre pautas feministas em seus trabalhos, realizando críticas à estrutura patriarcal da sociedade e às injustiças que as mulheres sofrem.

Por fim, acredito que a pornografia, que é o terceiro elemento citado por Ciurria, não é plausível de se tornar uma ferramenta de emancipação, pois a própria dinâmica desse tipo de produção coloca as mulheres em uma condição de objeto de consumo, e não de agentes epistêmicas. Creio que esse tipo de produção deveria ser amenizado, e que é possível direcionar mais a atenção para a vasta possibilidade artística que temos, desde o cinema até as pinturas e músicas. Como por exemplo, as músicas *Do or die (feat. Angela Gossow)* da banda Amaranthe (2020), cuja letra e videoclipe fazem uma crítica social aos efeitos da estrutura dominante do patriarcado e do capitalismo; *I'd rather burn* da banda Blackbriar (2018), cuja letra e videoclipe trazem uma mensagem de luta, resistência e crítica ao papel social imposto às mulheres.

Para concluir, quero destacar que é fundamental combatermos a ignorância emocional e compreendermos o papel crucial das emoções em nossa agência e convivência social. Assim poderemos 1) compreender como a emoção da culpa vem sendo estruturalmente induzida nas mulheres como ferramenta de controle e dominação; 2) atribuir a devida legitimidade à manifestação da emoção da raiva (e demais emoções), distinguindo-a da assertividade e autonomia; e 3) entender que a emoção da raiva tem uma função e é apropriada, ou seja, é racional em determinados contextos (como os de injustiças epistêmicas), pois ao atribuímos importância a agentes epistêmicos enquanto tal, seria irracional sentirmos alívio e felicidade vendo agentes epistêmicos sendo prejudicados em sua capacidade epistêmica. Satisfazendo esses três pontos, poderemos cada vez mais desenvolver ferramentas para construir uma sociedade mais justa, na qual as pessoas poderão exercer a sua agência epistêmica sem serem

limitadas pela dicotomia patriarcal. As mulheres poderão pouco a pouco romper com as arestas da culpabilização que o patriarcado impõe, deixando de estar em um lugar de foco de importância instrumental para reivindicar o lugar de foco de importância por si mesmas enquanto agentes epistêmicas.

Conclusão

Neste trabalho, discuti como a ignorância emocional enquanto crenças falsas sobre emoções é intencionalmente produzida e perpetuada para manter o *status quo* do patriarcado. Para isso, parti do conceito de ignorância privilegiada apresentado por Mills (2018) e apliquei esse conceito no contexto das emoções, propondo o conceito de ignorância emocional. Adotei o conceito oferecido por Helm (2000, 2008) de emoções enquanto estados intencionais e defendi que as emoções são interdependentes da razão e do conhecimento. Em seguida, apliquei a noção de ignorância emocional nas questões de gênero, e argumentei que o vínculo entre crença falsa sobre emoções e a dominação do patriarcado está na dicotomia proposital que o patriarcado faz entre razão e emoção, associando emoções a algo negativo, passivo e feminino, enquanto a razão é associada a algo positivo, ativo e dominante. Analisei como em virtude da ignorância emocional, a emoção da culpa vem sendo induzida e utilizada pelo patriarcado como ferramenta de controle das mulheres, em uma tentativa de moldar seus comportamentos para que elas tenham um padrão de ações submissas e dependentes que favoreça os homens. Propus que, em contraponto com a emoção da culpa, a emoção da raiva pode ser utilizada como uma ferramenta de emancipação feminina, fazendo com que as mulheres lutem contra as injustiças sofridas, se apropriando de sua autonomia e humanidade, bem como disseminando informações sobre a realidade das opressões que vivem.

Meu intuito foi oferecer apenas um caminho inicial para pensarmos o problema da ignorância emocional enquanto uma crença falsa intencionalmente produzida acerca das emoções, destacando um dos contextos em que esse problema se faz presente. Embora eu tenha focado na ignorância emocional como uma ferramenta de dominação do patriarcado, tal ferramenta pode se apresentar em outros tipos de opressão e em diferentes graus. Mas, devido ao recorte do presente artigo, essas análises ficarão para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Oliveira. *O papel das emoções coletivas na Constituição e Agência de Grupos*. 2023. 107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia – Bacharelado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023. Disponível em: <https://bdm.ufmt.br/handle/1/3775>. Acesso em: 19 set. 2024

ALVES, Paloma *et. al.* Estudo: elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. In: IPEA. *Atlas da violência*, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024

AMARANTHE. *Do or die* (feat. Angela Gossow). Youtube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/iZweNFWbegI?si=xt9XVjQ9aFGaNU2d>. Acesso em: 19 set. 2024

ATWOOD, Margaret. *O conto da Aia*. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BAILEY, Alison. On anger, silence, and epistemic injustice. *Royal Institute of Philosophy*, v. 84, p. 93-115, 2018. <https://doi.org/10.1017/S1358246118000565>.

BLACKBRIAR Music. *I'd rather burn*. Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YJp8W7FQ6FQ>. Acesso em: 19 set. 2024.

BOEHM, Camila. Número de estupros aumenta 14,9% no Brasil, com 34 mil em seis meses. *Agência Brasil*, Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/numero-de-estupros-aumenta-149-no-brasil-com-34-mil-em-seis-meses>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. *Notícias*, Brasília, 18 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 19 set. 2024.

CIURRIA, Michelle. Women's blame in conditions of epistemic injustice. In: CIURRIA, Michelle. *An intersectional feminist theory of moral responsibility*. Nova Iorque: Routledge, 2019, p. 189-209. <http://dx.doi.org/10.4324/9780429327117>.

CRANE, Tim. Intentionality as the mark of the mental. *Royal Institute of Philosophy*, v. 43, p. 229-51, 1998. <https://doi.org/10.1017/S1358246100004380>.

DAUDER, Dau; TREJO, Marisa. Un viaje por las emociones en procesos de investigación feminista. *Empiria*, v. 50, p. 21-41, 2021. <https://doi.org/10.5944/empiria.50.2021.30370>.

FRICKER, Miranda. Epistemic injustice and the preservation of ignorance. In: BLAAUW, Martijn; PEELS, Rik (ed.). *The epistemic dimensions of ignorance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 160-77. <https://doi.org/10.1017/9780511820076.010>.

FRICKER, Miranda. *Injustiça epistêmica: o poder e a ética do conhecimento*. Trad. Breno R. G. Santos. São Paulo: Edusp, 2023.

GOLDMAN, Alvin. What is justified belief? In: PAPPAS, Georg Sotiros (ed.), *Justification and knowledge: new studies in epistemology*. Dordrecht: D. Reidel, 1979, p. 1-23.

GROSS, Matthias; MCGOEY, Linsey (org.). *Routledge international handbook of ignorance studies*. 2ª ed. Londres: Taylor & Francis, 2023.

HELM, Bennett. Emotional reason: how to deliberate about value. *American philosophical quarterly*, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2000.

HELM, Bennett. Plural agents. *Noûs*, v. 42, n. 1, p. 17-49, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0068.2007.00672.x>.

JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk. Introduction. In: JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk (ed.). *The Routledge handbook of collective intentionality*. Nova Iorque: Routledge, 2017, p. 1-6. <https://doi.org/10.4324/9781315768571>.

LECLERC, André. Intencionalidade. *Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica*, Lisboa, p. 1-23, 2015. <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0048>.

LUZ, Alexandre Meyer. *Conhecimento e justificação: problemas de epistemologia contemporânea*. Pelotas: NEPFil, 2013.

MILLETT, Kate. *Política sexual*. Trad. Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

MILLS, Charles. Ignorância branca. Trad. Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot*, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 413-38, 2018. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v17i1.785>.

MOLINA, Mónica. Dominación masculina y violencia simbólica. In: ARANCIBIA Javiera *et al.* (Org.). *Acoso sexual callejero: contextos y dimensiones*. Chile: Observatorio Contra el Acoso Callejero, 2015, p. 6-9.

SALMELA, Mikko. The functions of collective emotions in social groups. In: SCHMID, Hans; ZIV, Anita (ed.). *Institutions, emotions, and group agents*. Studies in the philosophy of sociality. Vol 2. Dordrecht: Springer, 2014, p. 159-76. http://dx.doi.org/10.1007/978-94-007-6934-2_10.

SARTORI, Carlos Augusto. Análise tradicional do conhecimento. In: ETCHVERRY, Kátia Martins *et al.* (Org.). *Compêndio de epistemologia*. Porto Alegre: Fi, 2022, p. 15-22.

SCHMID, Hans. Collective emotions. In: JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk (ed.). *The Routledge handbook of collective intentionality*. Nova Iorque: Routledge, 2017, p. 152-61. <https://doi.org/10.4324/9781315768571>.

SEBOLD, Alice. *Uma vida interrompida: memórias de um anjo assassinado*. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy (org.). *Race and epistemologies of ignorance*. Nova Iorque: State University of New York Press, 2007.

WILKER, Lucas. Brasil registra mais de 11 mil denúncias de violação sexual contra crianças e adolescentes em 2024. *Brasil de fato*, Belo Horizonte, 18 maio 2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/18/brasil-ja-registra-mais-de-11-mil-denuncias-de-violacao-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-em-2024/>. Acesso em: 19 set. 2024.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Trad. Waldéa Barcellos. 18ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.